

編號：第 1034/2021 號 (刑事上訴案)

上訴人：A 有限公司

日期：2023 年 6 月 21 日

主要法律問題：

- 誘發參加
- 審查證據方面明顯有錯誤
- 復康治療的開支

摘 要

1. 考慮到在本卷宗內，原審法院將審判聽證延期，且訴訟雙方亦對參加請求作出了答覆，充分行使了辯護權，因此，隨後的批示並未患有上訴人提出的瑕疵，應予以維持。

2. 從經驗法則及邏輯的角度考慮，原審法院對相關醫學鑑定，結合有關醫生聲明的分析，可客觀、直接及合理地證明被害人的傷勢。原審法院在審查證據方面並不存在上訴人所提出的任何錯誤，更遑論明顯錯誤。

3. 民事請求人因是次交通意外而進行之復康治療的開支(日後作確定及結算)、長期部分無能力損失賠償金和非財產損害賠償的範圍完全沒有重疊，並不是上訴人指稱的額外賠償。

換言之，民事請求人因頭疼、失眠及記憶力下降等後遺症仍需要不定期地繼續接受復康治療不屬於《民法典》第 560 條第 6 款所指的情

況，而原審法院並沒有違反《民法典》第 560 條第 6 款之規定及正正是根據《民法典》第 558 條第 2 款之規定而作出的判決。

裁判書製作人

譚曉華

合議庭裁判書

編號：第 1034/2021 號 (刑事上訴案)

上訴人：A 有限公司

日期：2023 年 6 月 21 日

一、 案情敘述

於 2020 年 12 月 2 日，初級法院刑事法庭第 CR5-19-0089-PCC 號卷宗內，初級法院法官作出批示，裁定基於符合《民事訴訟法典》第 262 條第 1 款 b) 項、第 264 條及第 265 條的規定，接納 B 有限公司主參加本案的請求。(見徒卷宗第 624 頁)。

於 2021 年 9 月 9 日，初級法院法官在卷宗內裁定：

- 嫌犯 C 被指控以直接正犯，其既遂行為觸犯一項《刑法典》第 142 條第 1 款配合《道路交通法》第 93 條第 1 款及第 94 條第(1)項所規定及處罰的『過失傷害身體完整性罪』，被判處十個月徒刑；並根據澳門《刑法典》第 48 條的規定，暫緩執行上述刑罰，為期兩年；
- 根據《道路交通法》第 94 條第(一)項的規定，判處嫌犯禁止駕駛，為期一年，根據《道路交通法》第 121 條第 7 款所規定，被判刑人必須在本判決轉為確定起十日內，將駕駛執照或同等效力之文件送交治安警察局，否則構成違令罪；此外，根據《道路交通法》第 92 條的規定，警告被判刑人倘在停牌

期間內駕駛，將觸犯《刑法典》第 312 條第 2 款所規定及處罰的加重違令罪，並吊銷駕駛執照；及

- 原告 D 提出民事請求理由部份成立：1) 被告 A 有限公司(交通意外保險公司)須向原告 D 支付合共為一百零八萬五千八百八十七元四角二分(MOP1,085,887.42)¹賠償，附加該金額自判決作出至完全支付賠償之法定利息，以及原告因是次交通意外而進行之復康治療的開支，在日後作確定及結算； 2) 駁回其餘部份的民事請求及追加請求；
- 被告 A 有限公司提出的抗辯理由不成立；
- 參與人的請求成立，判令被告 A 有限公司(交通意外保險公司)向參與人 B 有限公司(勞工保險公司)返還合共為澳門幣十八萬三千七百一十六元二角 (MOP183,716.20)，附加該金額自判決作出至完全支付賠償之法定利息；及
- 被告 A 有限公司提出的惡意訴訟理由不成立。

民事被請求人 A 有限公司對第 624 頁的批示不服，向本院提起上訴，並提出有關上訴理由。²

¹ 由 2021 年 9 月 10 日批示(卷宗第 842 頁)更正金額。

² 其葡文結論內容如下：

1. Por articulado próprio apresentado em 12 de Outubro de 2020, ou seja, no próprio dia marcado para a realização de audiência de discussão e julgamento (vide despacho de fls. 498), a B requereu, nos termos e ao abrigo da alínea a) do artigo 262.º do CPC, a intervenção principal espontânea.
2. A B alegou ter subrogado nos direitos da Demandante Cível, D, por ter pago o montante global de MOP183.716,20 à Sinistrada D, a título de indemnização por incapacidade temporária absoluta e de despesas médicas, pelo que vem aos presentes autos reclamar o pagamento do aludido montante.
3. Em 22 de Outubro de 2020, a Recorrente apresentou oposição a esse pedido, requerendo, em defesa por excepção, por ilegitimidade, e subsidiariamente, por impugnação.

誘發參與人 B 有限公司對 A 有限公司就第 624 頁的批示之上訴作出了答覆，並提出下列理據。³

4. Sucede que, o douto Tribunal a quo proferiu despacho de fls. 624, decidindo admitir a intervenção principal da B, nos termos da alínea b) do artigo 262.º, artigo 264.º e artigo 265.º, todos do CPC,
5. De acordo com o estipulado na alínea b) do artigo 262.º do CPC, qualquer terceiro que pudesse ter acompanhado o autor na propositura da acção pode intervir como parte principal nos autos - in casu, afigura-se que a B, tem esse direito, na medida em que poderia ter acompanhado a autora na propositura da acção, nos termos do artigo 64.º do CPC, por se configurar um caso de coligação activa.
6. No caso em apreço, por força da parte final do n.º 1 do artigo 264.º do CPC, só é admissível a intervenção da B como interveniente, se a mesma puder deduzir a sua pretensão em articulado próprio.
7. Salvo o devido respeito, no entendimento da Recorrente, o Tribunal a quo não devia admitir a intervenção principal da B, tendo em conta que a mesma perdeu a oportunidade de apresentar o seu articulado próprio, nos termos do disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 265.º do CPC.
8. No caso dos autos, não havendo lugar a despacho saneador, a intervenção nos termos da alínea b) do artigo 262.º só poderia ser admitida até ser designada a data para o julgamento, e o interveniente poderia ter apresentado articulado próprio, como determina a 2.ª parte do n.º 1 do artigo 264.º do CPC.
9. Depois de designada a data do julgamento, nenhum terceiro pode apresentar articulado próprio, nem, por conseguinte, requerer a respectiva intervenção.
10. Como acima referido, a B só requereu a sua intervenção principal no próprio dia marcado para a audiência de discussão e julgamento, e não antes da respectiva marcação.
11. Pelo que se afigura à Recorrente que não pode ser admitido nem o articulado próprio apresentado, nem o requerimento para assumir a posição de interveniente nos autos.
12. Poderia ser admitida a intervenção fundada na alínea a) do artigo 262.º, mas sem oportunidade de apresentar articulado próprio, limitando-se o terceiro a fazer seus os articulados do autor, nos termos do n.º 3 do artigo 265.º do CPC.
13. É de frisar que, segundo a acta de audiência de discussão e julgamento de fls. 351 a 352, esta fase processual já começou em 19 de Setembro de 2019.
14. Ou seja, a fase em que a intervenção da B poderia ser admitida já tinha passado há muito tempo.
15. Face ao exposto, o douto despacho recorrido violou a alínea b) do artigo 262.º, e artigos 264.º e 265.º do CPC, devendo ser revogado e substituído por outro que não admita a intervenção principal espontânea da B.

Nestes termos, e nos mais de Direito aplicáveis, deve o presente recurso ser julgado procedente, sendo, em consequência, revogado o douto despacho de fls. 624, na parte em que admite a intervenção principal da B S.A, ora se recorreu, por violação da alínea b) do artigo 262.º, e artigos 264.º e 265.º do CPC, e substituído por outro que não admita a intervenção principal espontânea da mesma, prosseguindo os autos os ulteriores termos, assim se fazendo a costumada JUSTIÇA!

³ 其葡文結論內容如下：

1. Vem o Recurso apresentado pela demandada cível A, S.A. e a que ora se responde

interposto do douto despacho proferido pelo Tribunal a quo que admitiu a intervenção principal da B S.A.

2. O douto Tribunal a quo assim decidiu porquanto considerou que ... nos presentes autos se apurou que a B, S.A. (companhia de seguros de acidente de trabalho) solicitou espontaneamente a intervenção principal neste processo.
A legitimidade refere-se ao sujeito da relação jurídica invocado. A B afirmou que tinha pago indemnização ao demandante civil na qualidade de companhia de seguro de acidente de trabalho, pelo que a mesma está em conformidade com a legitimidade formal exigida pela lei.
Pelo exposto, nos termos da alínea b) do n.º1 do artigo 262.º e artigo 254.º e artigo 265.º do Código de Processo Civil, admite o pedido de intervenção principal apresentado pela Companhia de pretensão da B, S.A.
3. É com esta decisão que se insurge a Recorrente, apontando-lhe um vício, cumprindo na presente sede responder.
4. Alega a Recorrente que existe uma violação da alínea b) do artigo 262.º e dos artigos 264.º e 265.º do CPC.
5. Entendemos não assistir razão alguma à aqui Recorrente.
6. A montante, cumpre desde já sublinhar que a aplicação das normas do processo civil às acções penais previstas no artigo 4.º do CPC, não poderá ser feita indiscriminadamente sem qualquer crivo.
7. Assim, e conforme o próprio artigo 4.º postula:
Nos casos omissos, quando as disposições deste Código não puderem aplicar-se por analogia, observam-se as normas do processo civil que se harmonizem com o processo penal e, na falta delas, aplicam-se os princípios gerais do processo penal.
8. Ora, no nosso entendimento, as normas (nomeadamente os prazos) contidas no artigo 265.º do CPC, não poderão ter aplicação no caso vertente, porquanto restringem de sobremaneira, o direito de a seguradora do acidente de trabalho, se ver ressarcida de um pagamento que fez e que, de acordo com as normais legais vigentes, pode pedir de volta à seguradora do acidente de viação, no caso concreto a Recorrente.
9. Na verdade, a lei processual penal, ao prever, no artigo 74.º que: ... mesmo que não tenha sido deduzido pedido de indemnização civil no processo penal respectivo ou em acção cível separada, nos termos dos artigos 60.º e 61.º, o juiz arbitra na sentença, ainda que absolutório, uma quantia como reparação pelos danos causados, quando, ela se imponha para uma protecção razoável dos interesses do lesado ou o lesada a ela se não oponha e do julgamento resulte prova suficiente dos pressupostos e do quantitativo da reparação a arbitrar, segundo os critérios da lei civil, desmonta a ideia do princípio do dispositivo, basilar da lei processual civil.
10. Assim, entendemos que no caso em apreço, a B, tendo um interesse processual inequívoco, não deverá ver o seu direito restringido e/ou caducado, por ter intervindo na acção quando teve conhecimento da existência da mesma.
11. Não podendo ser prejudicada por as partes na acção não terem intentado contra quem deveriam, nos precisos termos do artigo 58.º n.º 3 do Decreto-Lei 40/95/M.
12. Face a tudo quanto supra ficou dito, nenhum vício há a apontar á decisão recorrida que concluí, e bem, pela admissão do pedido de Intervenção da B.
13. Deve por isso improceder o Recurso a que ora se responde, devendo manter-se na íntegra a decisão recorrida.

DA AMPLIAÇÃO DO ÂMBITO DO RECURSO

14. Caso assim não se entenda, e venha a proceder o vício apontado pela Recorrente à

decisão recorrida e que determinem a não admissão da intervenção principal espontânea da B nos presentes autos, sempre se diga que:

15. Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 590.º do CPC:
 1. Se forem vários os fundamentos da acção ou da defesa, o tribunal de recurso conhece do fundamento em que a parte vencedora decaiu, desde que esta o requeira, mesmo a título subsidiário, na respectiva alegação, prevenindo a necessidade da sua alegação.
 2. Pode ainda o recorrido, na respectiva alegação e o título subsidiário, arguir a nulidade da sentença ou impugnar a decisão proferida sobre pontos determinados da matéria de facto, não impugnado pelo recorrente, prevenindo a hipótese de procedência de questões por ele suscitadas.
16. Ora, conforme se retira do articulado da intervenção espontânea apresentado pela Recorrida, esta sub-rogou-se, quanto ao montante já pago à vítima do acidente de viação descrito nos autos, nos direitos desse Demandante em relação à seguradora do veículo causador do acidente.
17. Resultando que a B, tem um interesse igual ao do Demandante nos termos da alínea a) do artigo 262.º do CPC.
18. O que resulta que a intervenção fundada na alínea a) do artigo 262.º é admissível a todo o tempo, enquanto não estiver definitivamente julgada a causa.
19. Conforme resulta da decisão recorrida, o douto Tribunal o quo admitiu a intervenção da B nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 262.º e artigos 264.º e 265.º do CPC, sendo que não existe sequer qualquer número 1 no referido artigo.
20. Com relevância na sede da presente Ampliação, invoca-se que a Recorrida procedeu ao pagamento do montante de MOP\$183,716.20 a título de ITA e de Despesa médicas, ambas decorrentes do acidente melhor descrito nos autos.
21. Fê-lo porque de acordo com o preceituado no Decreto-Lei 40/95/M, a isso estava obrigada na qualidade da seguradora para quem foi transferida a responsabilidade pelo acidente de trabalho.
22. No entanto, de acordo com o consignado no artigo 17.º do Decreto-Lei 57/94/M e artigo 58.º do Decreto-Lei 40/95/M, tem o direito de reaver da seguradora do veículo causador do acidente de viação, a aqui Recorrente, os montantes pagos, sub-rogando-se nos direitos da sinistrada em relação à referida seguradora.
23. Ora, no nosso entender, o interesse da B é o mesmo que o da sinistrada, porquanto, esta se sub-roga nos direitos daquela.
24. Aliás, o próprio artigo 58.º do Decreto-Lei 40/95/M, no seu nº 3 postula que, na acção judicial contra a seguradora do veículo causador do acidente de viação devem intervir o sinistrado, o empregador e a seguradora do acidente de trabalho, sendo estes, para o efeito, oficiosamente citados pelo tribunal competente.
25. A lei, expressamente prevê que deve intervir a seguradora do acidente de trabalho, e não que pode intervir, pelo que, entendemos que no caso em apreço, estamos perante uma situação de litisconsórcio necessário, aplicando-se, conforme se requereu no articulado de intervenção, a alínea a) do artigo 262.º do CPC e não a sua alínea b), conforme consta do despacho Recorrido.
26. Da mesma opinião foi o douto Tribunal da Segunda Instância de Macau, no Acórdão proferido no processo n.º 222/2017 de 8 de Junho, quando decide que: Pelos apontadas razões, acordam em conceder provimento ao recurso, e, anulando o processado posterior ao despacho de citação, deverá o Mmo juiz ordenar o que tiver por conveniente, nomeadamente a citação dos interessados imposta pelo n.º 3 do art. 58º do Dec.-Lei nº 40/95/M, de forma a garantir a efectivação do litisconsórcio necessário na

A 有限公司對 B 有限公司之回覆，亦作出了答覆，並提出下列理據。⁴

-
- acção, tal como expressamente imposto por lei.
27. Também a jurisprudência Portuguesa decidiu no mesmo sentido no douto Acórdão proferido pelo Tribunal da Relação de Guimarães no processo n.º 2981/19.1T8VCT-A.G1 de 18 de Junho de 2020, porquanto considera a Intervenção da seguradora do acidente de trabalho como litisconsórcio.
 28. Onde, estão V. Exas. em condições de reconhecer. nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 262 alínea a) do CPC, que a ora Recorrida interveio atempadamente e na forma legalmente prevista de acordo com as regras legais aplicáveis, devendo ser proferido despacho que admita a intervenção da B nesses precisos termos.

Nestes termos e nos demais de Direito que V. Exas. doutamente suprirão, deve o Recurso a que ora se responde ser julgado improcedente e, conseqüentemente, deve ser mantida na íntegra a douta decisão Recorrida.

CASO ASSIM NÃO SE ENTENDA, o que por mera cautela de patrocínio se concede, e venha o Recurso a que ora se responde ser julgado procedente e conseqüentemente, com base no argumento aduzido pela Recorrente, revogada a decisão recorrida, deve, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 590.º do CPC, ser admitida a Ampliação do âmbito do recurso e, conseqüente, ser proferido despacho que admita a intervenção da B como parte principal nos termos da alínea a) do artigo 262.º do CPC.

Termos em que farão V. Exas. a costuma JUSTIÇA!

⁴ 其葡文內容如下：

1. DA AMPLIAÇÃO DO ÂMBITO DO RECURSO
2. Notificada do recurso interposto pela Demandada civil, ora Recorrente, a Interviente B SA (a “B”) apresentou a sua resposta, e juntou ainda pedido de ampliação do âmbito do recurso, nos termos do artigo 590.º do Código de Processo Civil (o “CPC”).
3. Relativamente à ampliação do âmbito do recurso, a Interviente B entende estar sub-rogada, quanto ao montante já pago à vítima do acidente de viação descrito nos autos, nos direitos desse Demandante em relação à seguradora do veículo causador do acidente, ora Recorrente A, S.A. (a “Recorrente”).
4. Mais entende a B que tem um interesse igual ao do Demandante nos termos da alínea a) do artigo 262.º do CPC, sendo a intervenção admissível a todo o tempo, enquanto não estiver definitivamente julgada a causa.
5. Mais alegou que, de acordo com o consignado no artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 57/94/M e artigo 58.º do Decreto-Lei n.º 40/95/M, tem o direito de reaver da seguradora do veículo causador do acidente de viação, ora Recorrente, os montantes pagos, sub-rogando-se nos direitos da sinistrada em relação à referida seguradora.
6. A B alegou, por fim, que nos termos do n.º 3 do artigo 58.º do Decreto Lei n.º 40/95/M, “na acção judicial contra a seguradora do veículo causador do acidente de viação devem intervir o sinistrado, o empregador e a seguradora do acidente de trabalho, sendo estes, para o efeito, oficiosamente citados pelo tribunal competente”, estando assim perante uma situação de litisconsórcio necessário.
7. RESPOSTA AO PEDIDO DA AMPLIAÇÃO DO ÂMBITO DO RECURSO
8. Não obstante a B alegar que no presente caso estamos perante, simultaneamente, um acidente de trabalho, não foram juntos aos autos quaisquer documentos que provam a

entidade patronal ter apresentado participação do presente sinistro junto da Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais, como “acidente de trabalho”, ao abrigo do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 40/95/M.

9. Nem foram juntos aos autos documentos que provam a intervenção de órgãos judiciais que, eventualmente, tenham instaurado o respectivo processo do trabalho, ou sequer a homologação do(s) acordo(s) entre a Ofendida e a B ou entidade patronal.
10. Salvo melhor opinião, o pagamento de indemnização à Ofendida pela B não resulta de nenhum processo de acidente trabalho, mas sim de obrigações de um contrato de seguro celebrado, no âmbito do Ramo de Acidentes de Trabalho, pela B com a E, entidade patronal da Ofendida.
11. Pelo que, não existindo o processo de acidente trabalho, que a B alegou, não pode haver litisconsórcio necessário, ao abrigo do n.º 3 do artigo 58.º do Decreto Lei n.º 40/95/M de 14 de Agosto, sendo que aquele contrato de seguro vincula apenas quem o assinou, ou seja, a Interviente, B SA e a E, mas não a Recorrente.
12. **DESPACHO QUE ADMITIU A INTERVENÇÃO DA B**
13. Quanto à intervenção requerida pela B, nos termos da alínea a) do artigo 262.º do Código de Processo Civil, entende a B que ela tem um interesse igual ao da Demandante, e a intervenção é admissível a todo o tempo, enquanto não estiver definitivamente julgada a causa.
14. Sucede que o douto Tribunal a quo proferiu despacho exarado a fls. 624, decidindo admitir o pedido de intervenção principal da B, nos termos da alínea b) do artigo 262.º do CPC, e não nos termos da alínea a) do mesmo artigo, conforme requerida pela B.
15. Contudo, notificada à B a decisão acima mencionada, esta não apresentou recurso, não reclamou nem a mesma de qualquer forma no prazo legal, tendo, pelo contrário, aceite tacitamente o seu teor e sentido, aceitando o seu estatuto processual nos ulteriores termos dos presentes autos.
16. Ao responder ao recurso interposto pela Recorrente, a B vem, nos termos 590.º do CPC, requerer a ampliação do âmbito do recurso, alegando que aquele despacho não decidiu conforme requereu no seu articulado de intervenção.
17. Dispõe o artigo 590.º do CPC o seguinte:
18. “1. Se forem vários os fundamentos da acção ou da defesa, o tribunal de recurso conhece do fundamento em que a parte vencedora decaiu, desde que esta o requeira, mesmo a título subsidiário, na respectiva alegação, prevenindo a necessidade da sua apreciação.
19. 2. Pode ainda o recorrido, na respectiva alegação e a título subsidiário, arguir a nulidade da sentença ou impugnar a decisão proferida sobre pontos determinados da matéria de facto, não impugnada pelo recorrente, prevenindo a hipótese de procedência das questões por este suscitadas.
20. 3. Na falta dos elementos de facto indispensáveis à apreciação da questão suscitada, pode o tribunal de recurso mandar baixar os autos, a fim de se proceder ao julgamento no tribunal onde a decisão foi proferida.” (sublinhado nosso)
21. In casu, salvo melhor opinião, não se verifique qual o fundamento da acção invocado pela B de que não foi conhecido, ou qual o ponto determinado da matéria de facto, não impugnada pela Recorrente que a B invoca para os efeitos de ampliação do âmbito do recurso, nos termos do artigo 590.º do CPC.
22. Pelo que, deve ser indeferido o pedido de ampliação do âmbito do recurso requerido pela B, por não reunir os requisitos do referido artigo 590.º do CPC.
23. **Do DIREITO DE ACÇÃO DA B**

民事被請求人 A 有限公司亦對判決不服，向本院提起上訴，並提出有關上訴理由。⁵

-
24. Alega a B que, caso não lhe seja admitida a intervenção nestes autos, não poderá exercer judicialmente o direito de crédito de que é titular contra a Recorrente, pelo que não lhe pode ser negado o direito de intervir nestes autos.
 25. Não se afigura, porém, que lhe assiste razão.
 26. Por um lado, a intervenção processual não é um direito adquirido de terceiros e só pode ter lugar em determinadas circunstâncias, bem delimitadas pelo legislador para proteger as partes iniciais do inconveniente processual que representa o surgimento de novos pedidos, novas fases de articulados, saneamento, instrução e prova.
 27. E no caso dos autos, como se demonstrou na alegação do presente recurso, a B não preenche os requisitos para intervir.
 28. Não podendo, igualmente, o argumento “de força” da B, porquanto nada impeda a B de intentar uma acção judicial distinta para reaver o seu alegado crédito.
 29. Nestes termos, e nos melhores de direito que Vossas Excelências doutamente suprirão, deve ser indeferido o pedido de ampliação do âmbito recurso, assim se fazendo a devida, habitual e serena JUSTIÇA!

⁵ 其葡文結論內容如下：

1. Por sentença proferida em 9 de Setembro de 2021, foi a Demandada condenada a pagar à autora uma indemnização no valor de MOP1.085.887,42, acrescido de juros, à taxa legal, e as despesas a efectuar nos tratamentos médicos, cujo valor a liquidar futuramente, e reembolsar à B, S.A., a quantia de MOP183.716,20, acrescido de juros, à taxa legal;
2. Por não se conformar com a decisão que condena a Demandada a pagar as despesas a efectuar com tratamentos médicos, de montante a liquidar futuramente (bem como reembolsar à B, S.A., a quantia de MOP183.716,20 - o que constitui objecto de recurso intercalar interposto em 6 de Janeiro de 2021), vem interpor o presente recurso;
3. No presente acidente de viação foram causadas à Demandante contusão nas várias partes do corpo, fractura no acromion da omoplata esquerda e concussão cerebral;
4. Foi feito exame pericial por junta médica, em 4 de Setembro de 2019 (fls. 288);
5. Posteriormente foram produzidos dois relatórios suplementares, em 9 de Outubro de 2019 (fls. 364 e 365) e em 15 de Abril de 2021 (fls. 742);
6. Tendo em conta que as opiniões dos médicos não são unânimes, foi ordenada a realização de novo exame pericial;
7. Feito novo exame pericial em 5 de Fevereiro de 2021 (fls. 678), e posteriormente foram produzidos mais dois relatórios suplementares que constam de fls. 685 e 748;
8. Analisados os relatórios acima referidos (de fls. 288, 364 a 365 e 742, e 678, 685 e 748), todos indicam que a Demandante sofreu de contusões de fibra mole corporais (全身多處軟組織挫傷), fractura no acromion da omoplata esquerda (左側肩胛骨(肩峰)骨折) e concussão cerebral (輕型顱腦損傷：腦震盪)；
9. De acordo com o teor dos relatórios periciais, designadamente as secções que ora se transcrevem, conclui-se que a Demandante já se encontra curada:
 - 1) 26.^a e 27.^a linhas do relatório de perícia de fls. 288: “鑑定人符合為因 2018 年 06 月 29 日的交通事故導致輕型顱腦損傷(腦震盪)，左側肩胛骨(肩峰)骨折及全身多處挫擦傷。被鑑定人的上述傷患現已達至醫學上治癒...”. (sublinhado nosso); e
 - 2) 7.^a linha do relatório de perícia de fls. 748: “被鑑定人因是次意外所致的輕型顱腦

-
- 外傷到鑑定會診日(5/2/2021)止，鑑定為臨床治癒。”(sublinhado nosso);
10. Por outro lado, também se conclui que as lesões da Demandante na sequência do presente acidente são de “curto prazo”, ou de impacto diminuto, conforme se transcreve:
8.^a e 9.^a linhas do relatório de perícia de fls. 748: “其頭痛，失眠，記憶力下降可為是次受傷所致，鑑定為短期性症狀。”(sublinhado nosso);
 11. Em relação à fractura no acromion da omoplata esquerda, indica-se que esta lesão não afetou o movimento funcional da articulação do ombro esquerdo, pelo que não constitui incapacidade permanente parcial para a Demandante, conforme se transcreve:
11.^a e 12.^a linhas do relatório de perícia de fls. 748: “被鑑定人因意外致左肩胛骨骨折。骨折愈合後無影響左肩關節功能活動。故其不構成 IPP。”
 12. Analisado o relatório de perícia colegial de fls. 748, verifica-se que consta ainda nesse relatório que as dores de cabeça, a insónia e a diminuição da capacidade de memória são sintomas de curto prazo (9.^a linha do relatório de fls. 748), o que coincide com o indicado nas 22.^a a 24.^a e 29.^a a 30.^a linhas do relatório de perícia de fls. 364, conforme a seguir transcrito:
22.^a a 24.^a linhas do relatório de fls. 364: “... a dor de cabeça poderá estar presente derivada ao traumatismo craneano por um período estimado entre 2-3meses.”(sublinhado nosso);
29.^a a 30.^a linhas do relatório de fls. 364: “A dor de cabeça já foi explicada com sendo parte do “síndrome pós-traumático” da cabeça podendo persistir durante 2-3 meses.”(sublinhado nosso);
 13. Face ao exposto, as lesões sofridas pela Demandante, nomeadamente fractura no acromion da omoplata esquerda (左側肩胛骨肩峰骨折) e concussão cerebral (輕型顱腦損傷：腦震盪) já foram consideradas clinicamente curadas, e as respectivas sequelas, nomeadamente dores de cabeça, insónia e diminuição da capacidade de memória são considerados como sintoma de curto prazo;
 14. Foram convocados, nos termos do artigo 144.º do CPP, os peritos médicos Sr. XXX, Sr. Dr. XXX, Sra. Dra. :XXX e Sr. Dr. XXX, para prestarem esclarecimentos na audiência sobre o conteúdo dos relatórios de perícia em que os mesmos intervieram como peritos;
 15. Nessa audiência, não foram convocados os peritos médicos Sr. Dr. XXX e Sr. Dr. XXX que também intervieram no exame pericial;
 16. Excepto o Sr. Dr. XXX que alegou “可透過服藥減輕頭痛及失眠等症狀，但這方法只是作舒緩，其認為有需要服藥即未算已痊癒”, os restantes peritos médicos, que compareceram na audiência, nenhum deles negou o facto de que a Demandante se considera clinicamente curada, nem negaram que as dores de cabeça, insónia e diminuição da capacidade de memória são sintomas de curto prazo;
 17. Ou seja, deve ser admitido que a conclusão constante dos relatórios de perícia tem valor probatório suficiente para provar o facto de a Demandante se encontrar clinicamente curada;
 18. Pelo que não se justifica que a Demandante tenha de continuar a submeter-se a tratamentos médicos, não devendo o Tribunal a quo condenar a Recorrente a pagar as despesas médicas, de valor a liquidar em execução de sentença;
 19. Assim sendo, afigura-se que o Tribunal a quo cometeu erro notório na apreciação da prova, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 400.º do CPP, devendo a sentença ser revogada e substituída por outra que julgue não provado que a Demandante necessite de tratamentos médicos futuros ;
 20. Caso assim não se entenda, o que apenas por mera cautela de patrocínio se pondera,

entende a Recorrente que a Demandante já foi devidamente indemnizada pelos danos, quer patrimoniais quer não patrimoniais;

21. A título de danos patrimoniais da Demandante D, foi condenada a Recorrente a pagar-lhe uma indemnização de MOP195.572,15, por haver 5% da IPP devida à “síndrome concussão pós traumática da cabeça”, nos termos do artigo 78.º, alínea d) da Tabela de Incapacidades do Decreto-Lei n.º 40/95/M;
22. Esta incapacidade consubstancia o chamado dano biológico, que é um dano à saúde, que se tem vindo a identificar com o dano corporal, e que, como tal, deverá ser autonomamente indemnizável, ainda que à declarada incapacidade não corresponda nenhuma redução efectiva no rendimento;
23. Neste sentido, remete-se para os Acórdãos do Tribunal de Segunda Instância de Macau, de 8 de Fevereiro de 2007, no âmbito do processo n.º 9/2006, e de 15 de Março de 2007, proferido no âmbito do recurso 275/2006, que consideram que, “atendendo o facto provado acerca da incapacidade (...) mesmo que não haja diminuição salarial, se dá lugar a uma indemnização por danos patrimoniais, com base na consideração que o dano físico determinante da incapacidade faz com que seja exigido ao lesado um esforço físico e psíquico acrescido para obter o mesmo resultado no trabalho ”;
24. No mesmo sentido, e a título de boa doutrina, o Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de Portugal de 3 de Fevereiro de 2004, proferido no âmbito do processo n.º 03A4191, refere que “o lesado não tem de alegar a perda de rendimentos laborais, para o tribunal lhe atribuir uma indemnização por ter sofrido uma incapacidade permanente para o trabalho, e que, apenas tem de alegar e provar que sofreu incapacidade permanente parcial, dano esse cujo valor deve ser apreciado equitativamente”;
25. Existindo uma incapacidade, e sendo esta insusceptível de reparação por reconstituição da situação que existia antes de a mesma se verificar, deverá ser fixada uma indemnização em dinheiro, nos termos do disposto do artigo 560.º do Código Civil;
26. Na realidade, há a lesão de um bem jurídico protegido (a saúde), que provoca danos passados, presentes e futuros relevantes na vida da Demandante e que merecem a tutela do direito;
27. Como acima referido, a Demandante recebe uma indemnização de MOP195.572,15, a título de dano patrimonial devido à IPP sofrida, sendo a mesma ressarcida pela indemnização acima referida;
28. Além disso, foi fixada também uma indemnização no valor de MOP300.000,00, a título de danos não patrimoniais;
29. Afigura-se, assim, que a Demandante já foi devidamente indemnizada, não tendo direito a receber indemnizações adicionais;
30. Por outro lado, a Demandante não especificou quais os danos nem quais os tratamentos futuros previstos;
31. Face ao exposto, a decisão do Tribunal a quo de condenar a Recorrente a pagar à Demandante despesas nos tratamentos médicos futuros, de valor de indemnização a liquidar em execução de sentença, violou o disposto no n.º 6 do artigo 560º do Código Civil, devendo a respectiva sentença ser, portanto, revogada e substituída por outra, que julgue improcedente o pedido da Demandante de condenação da ora Recorrente no pagamento de indemnização por danos futuros.

Nestes termos, e nos mais de Direito aplicáveis, que V. Exas. doutamente suprirão, deve o presente recurso ser julgado procedente, sendo, em consequência, revogada a doughta sentença proferida em 9 de Setembro de 2021, na parte em que decidiu condenar a Recorrente a pagar despesas nos tratamentos médicos futuros, de valor de indemnização a liquidar na execução da sentença, por padecer

民事請求人對 A 有限公司就判決不服之上訴作出了答覆，並提出下列理據：

被上訴的判決關於“原告因是次交通意外而進行之復康治療的開支，在日後作確定及結算”是否沾有澳門刑事訴訟法典第 400 條第 2 款 c) 項所指的在審查證據方面明顯有錯誤之瑕疵的問題

1. 上訴人在上訴聲請時指稱被上訴人已達至醫學上治療，故無需要繼續接受治療，故原審法院不應判處上訴人承擔被上訴人因是次交通意外而進行之復康治療的開支(日後作確定及結算)。
2. 但是，卷宗中兩組醫生的臨床醫學鑑定書關於醫學上治愈均是講述被上訴人的輕型顱腦損傷、左側肩胛骨骨折及全身多處挫擦傷等傷患時所提及的；而關於被上訴人存有至少留有頭疼、失眠及記憶力下降等後遺症，兩組醫生並沒有任何關於醫學上治愈的說法，以及表示針對頭疼和失眠均需要治療(如服藥)。
3. 且主診醫生 XXX 表示有對被上訴人檢測，被上訴人仍需一直服食安眠藥才能入睡，可透過服藥減輕頭痛及失眠等症狀，但這方法只是作舒緩，需要服藥舒緩該等症狀並不構成減低後遺症的情況。

de vício de erro notório na apreciação da prova, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 400.º do CPP, e substituída por outra que julgue não provado que a Demandante necessite de tratamentos médicos futuros; ou, caso assim não se entenda, o que apenas por mera cautela de patrocínio se pondera, por violação ao disposto no n.º 6 do artigo 560º do Código Civil, sendo substituída por outra, que julgue improcedente o pedido da Demandante de condenação da ora Recorrente no pagamento de indemnização por danos futuros, prosseguindo os autos os ulteriores termos, sendo a Demandante, em qualquer caso, condenada no pagamento de custas e procuradoria condigna, assim se fazendo a costumada JUSTIÇA!

4. 即使另一組醫生在第 748 頁認為被上訴人存有頭疼、失眠及記憶力下降等後遺症是短期性，當問及該組醫生 XXX 其第 748 頁所載的暫時絕對無能力時間長達 974 日，超過 2 年多的時間已經是一個較長的時間，為何作出短期性的判斷？醫生 XXX 表示被上訴人存有頭疼、失眠及記憶力下降均是主觀症狀，可以透過服食藥物治療的，故該等情況並沒有長期部分無能力 IPP，從而作出短期性的判斷；同時表示作出短期性判斷與被上訴人頭疼、失眠及記憶力下降將要持續時間長短沒有直接關聯，亦無法預測被上訴人頭疼、失眠及記憶力下降等後遺症需要多長時間消失。
 5. 被上訴的判決中事實判斷更是大篇幅內容去分析兩組醫生的臨床法醫學鑑定報告及所有出席庭審聽證的醫生證人的證言，從而認定交通意外引致被上訴人輕型顱腦損傷、在側肩胛骨骨折及全身多處挫擦傷，及輕型顱腦損傷 5% 的長期部分無能力，以及至少留有頭疼、失眠及記憶力下降等後遺症。
 6. 當被上訴人持續頭疼及失眠持不接受治療是不可能的，不讓被上訴人頭疼及失眠時接受治療更是不人道的；明顯地，可預見被上訴人因頭疼、失眠及記憶力下降等後遺症仍需要不定期地繼續接受復康治療的，而有關後遺症正正是上述交通意外所導致的，故上訴人應承擔被上訴人因是次交通意外而進行之復康治療的開支且在日後作確定及結算。
 7. 故此，原審法院並沒有任何審查證據方面的錯誤，更沒有上訴人所指的在審查證據時的明顯錯誤。
- 被上訴的判決關於“原告因是次交通意外而進行之復康治療的開支，在日後作確定及結算”是否違反澳門民法典第 560 條

第 6 款之規定的問題。

8. 上訴人在上訴聲請時指稱被上訴人已獲得長期部分無能力損失賠償金和非財產損害賠償，從而指稱被上訴人已獲得適當的賠償及沒有資格獲得額外賠償，故原審法院不應判處上訴人承擔被上訴人因是次交通意外而進行之復康治療的開支(日後作確定及結算)。
9. 然而，被上訴人因是次交通意外而進行之復康治療的開支(日後作確定及結算)、長期部分無能力損失賠償金和非財產損害賠償的範圍完全沒有重疊，根本談不上上訴人指稱的額外賠償。
10. 被上訴人因頭疼、失眠及記憶力下降等後遺症仍需要不定期地繼續接受復康治療是涉及一個醫療費用，即一個可預見將來之財產損害，僅只是不可確定被上訴人需要為此接受多長時間的治療或者多少次數的治療，但有關損害準確價值是完全可以查明的。
11. 而長期部分無能力損失賠償金是指索償人會因其永久局部傷殘率而在日後永久局部喪失其以工作賺錢的能力之獨立賠償；非財產損害賠償是指精神層面上的賠償，即如肉體上的疼痛、精神上的不快、情緒上的悲痛等。
12. 被上訴的判決的裁定部份亦清楚可反映上述事宜：
“由於原告還需要進行持續之復康治療，基於仍然有不可確定的損害賠償，相關開支與是次交通意外受傷有關，但其實際金額現時未能確定，在日後才可確定及結算。考慮到相關費用與是次交通意外存在因果關係，故該損害予以認定。因此，該些支出金額將會在執行本案判決才作出結算。

由於原告日後有關因治療及不能上班，相關情況已屬在傷殘率的賠償中予以考慮，故不作重覆考慮。”

13. 故此，被上訴人因頭疼、失眠及記憶力下降等後遺症仍需要不定期地繼續接受復康治療不屬於澳門民法典第 560 條第 6 款所指的情況，而原審法院並沒有違反澳門民法典第 560 條第 6 款之規定及正正是根據澳門民法典第 558 條第 2 款之規定而作出的判決。

請求

綜上所述，現向法院請求如下：

接納本答覆及裁定上訴人上訴理由不成立。

案件卷宗移送本院後，駐本院檢察院司法官認為本上訴僅涉及民事賠償請求的問題，檢察院不具正當性就有關問題發表意見。

本院接受上訴人提起的上訴後，組成合議庭，對上訴進行審理，各助審法官檢閱了卷宗。

二、事實方面

根據卷宗資料，下列事實可資審理中間上訴：

在 2020 年 12 月 2 日，原審法庭法官作出批示，具體內容如下：

“B 有限公司(工傷意外保險公司)自發主參加本案。

正當性是指所提出的法律關係中的主體。中國太平指稱其以工傷意外保險公司的身份向民事請求人支付了賠償，因此，其已符合法律所要求的形式正當性的。

基於符合《民事訴訟法典》第 262 條第 1 款 b)項、第 264 條及第 265 條的規定，接納 B 有限公司主參加本案的請求。”

原審法院經庭審後確認了以下的事實：

1. 2018 年 6 月 29 日下午約 2 時 26 分，嫌犯 C 駕駛 MT-XX-XX 號輕型汽車沿澳門永寧廣場右車道行駛，方向由永寧街往馬場大馬路。
2. 當嫌犯駕駛上述汽車至永寧廣場與菜園路的交匯處時，嫌犯沒有按其所處路面所標示的三角讓先符號的指示減速以讓菜園路往中心街方向的來車優先通行，也沒有詳細察看其右方是否有來車駛至，便直接駕車越過其所處的路口進入上述交匯處。
3. 此時，D(被害人)正駕駛 CM-XXXXXX 號輕型電單車沿菜園路往中心街方向駛至上述交匯處。
4. 嫌犯駕車進入上述交匯處的過程中看見 D 的電單車駛至時便立即進行剎車操作，但仍剎車不及並在該交匯處的範圍內撞及 D 所駕駛的電單車，並使 D 人車倒地。
5. 上述碰撞直接及必然地引致 D 輕型顱腦損傷及全身多處挫擦傷。經法醫鑑定，D 的傷勢需約 4 至 6 個月才能康復。上述傷勢對 D 的身體完整性造成普通傷害 (詳見卷宗第 27 至 28 頁的醫療報告及臨床法醫學鑑定書，相關內容在此視為全部轉錄)。
6. 上述交通事故造成 D 的電單車車頭擋泥板、右側車身、右側排氣管及右側腳踏損毀 (詳見卷宗第 22 頁的車輛檢查表及第 11 至其背頁的圖片)。

7. 上述碰撞發生時天氣晴朗，地面乾爽，交通密度正常。
8. 嫌犯在公共道路駕駛時沒有謹慎注意路面的情況，其應當及可以注意到其所處的車道上設有三角讓先符號，也應當及可以注意到 D 所駕駛的電單車正沿其應讓先的道路上駛至，但由於嫌犯應當及可以注意而不注意，在沒有履行讓先義務的情況下駛出上述路口進入交匯處，因而導致是次交通事故發生並使 D 的身體遭受創傷。
9. 嫌犯自由、自願及有意識地作出上述行為，且明知其上述行為是澳門法律所禁止及處罰的。

在庭上還證實：

10. 根據刑事紀錄證明，嫌犯為初犯。
11. 證實嫌犯個人及經濟狀況如下：
12. 嫌犯具有大學的學歷，每月收入約澳門幣四萬元，需供養父母、妻子及兩名未成年子女。

民事請求、追加請求、答辯狀、答覆及其他民事書狀中與獲證事實的事實，尤其是：

13. 上述碰撞直接及必然地引致原告輕型顱腦損傷，全身多處挫擦傷和多處淺表損傷尤其是左腕、左下腰背部見皮膚表淺擦傷、左肘、雙側小腿中段局部輕度瘀腫及左側肩胛骨骨折。經法醫鑑定，上述傷勢至少對原告的身體完整性造成普通傷害（詳見卷宗第 27-28 頁的醫療報告及臨床法醫學鑑定書，以及附件二至附件九，相關內容在此視為全部轉錄）。
14. 原告受到上述碰撞，致使原告等待接受救援。
15. 發生上述交通意外半個小時後，原告被送到澳門鏡湖醫院急診部接受治療，其後收入院進一步治療（參閱附件二）。

16. 直至 2018 年 07 月 03 日，住院期間因上述交通意外所帶來的頭疼，即使已服用醫院的止疼藥，原告亦難以入睡，當日下午才能出院（參閱附件三）。
17. 在出院在外的一段期間，原告已曾服用醫院的止疼藥，上述交通意外所帶來的頭疼疼楚強度仍然使原告難以入眠及受折磨。
18. 至提出民事請求，尤其是原告因是次交通意外而導致頭疼情況，嚴重影響原告睡眠質量，要長期服食安眠藥才能入睡。
19. 原告於 2018 年 07 月 03 日出院後，仍需好好休息，且須經常到澳門鏡湖醫院接受跟進治療，及經常到 XX 醫療中心和 XXX 醫生接受治療，直至現今仍須頻繁接受治療。
20. 因著上述交通意外所導致的傷患症狀，原告自 2018 年 06 月 29 日至提出民事請求，因未恢復工作能力未能上班，仍需要到澳門鏡湖醫院接受功能治療及接受其他治療，醫生亦未肯定康復所需期間（參閱附件十一至附件二十九）。
21. 在發生上述交通意外之時，嫌犯 C 駕駛 MT-XX-XX 號輕型汽車已依法向被告購買了民事責任保險，保單編號為 MPC/010090/0004（參閱卷宗第 13 頁之民事責任保險卡）。
22. 嫌犯 C 為上述交通意外的唯一過錯方。
23. 上述交通意外致使原告的身體完整性受到傷害，同日被救護車送到澳門鏡湖醫院接受急診治療，共花費 MOP3,312.00（參閱附件三十和附件三十一）。
24. 原告在澳門鏡湖醫院接受急診治療後，須要繼續留院接受進一步治療，直至 2018 年 07 月 03 日下午才能出院，共花費 MOP14,541.00（參閱附件三十二）。

25. 原告在出院後至提出民事請求，仍須定期到澳門鏡湖醫院接受治療，暫時共花費 MOP26,893.00 (參閱附件三十三至附件八十一)。
26. 原告在出院後至提出民事請求，到 XX 醫療中心接受頸腰部骨骼復位治療，花費 MOP7,500.00 (參閱附件八十二至附件八十八)。
27. 原告在出院後至提出民事請求，仍須定期到 XXX 醫生接受頭疼治療，暫時共花費 MOP11,000.00 (參閱附件八十九至附件一百二十六)。
28. 因著上述交通意外，原告要安排拖車公司將已損毀至不能駕駛的 CM-XXXXXX 號輕型電單車從澳門治安警察局交通廳拖回其家中附近停車場，有關費用為 MOP100.00 (參閱附件一百二十八)。
29. 因著上述交通意外，導致原告入院及定期複診接受治療，使原告不能參與一早已安排在 2018 年 09 月 15 日至 18 日的旅行。
30. 因原告不能參與 2017 年 12 月 02 日至 07 日的旅行，則要取消有關機票，經扣除退款費用仍損失 HKD885.25，即 MOP911.81 (參閱附件一百三十至附件一百三十一)。
31. 因著上述交通意外所導致的傷患症狀，原告自 2018 年 06 月 29 日至提出民事請求，因未恢復工作能力未能上班。
32. 上述交通意外發生前，原告於 E 擔任 XXX 娛樂場運作部之莊荷的工作，月薪為 MOP21,287.09 (參閱附件一百三十二)。
33. 原告因未能上班而未能獲發 E 的「生活補貼」。
34. E2019 年「生活補貼」之金額已經核算完成，每月薪酬澳門幣二萬元或以下者獲發兩個月薪酬，每月薪酬澳門幣二萬元以

上者則獲發一點五個月薪酬或澳門幣四萬元，以較高者為準（「生活補貼」金額以 2018 年 12 月 31 日的底薪加茶資計算，2018 年度服務不足一年則按比例計算）（參閱附件一百三十三）。

35. 因發生上述交通意外亦屬於 E 所購買的工傷意外所保障範圍內，至提出民事請求原告已收取薪金賠償 MOP107,445.27(參閱附件一百三十四)。
36. 原告支付了律師費 MOP56,650.00 和證明書費用 MOP100.00(參閱附件一百三十五和一百三十六，及參閱附件一)。
37. 因著上述交通意外，原告仍遭受到如下非財產性的損失：
38. 原告受到上述碰撞，致使原告輕型顱腦損傷，全身多處挫擦傷和多處淺表損傷尤其是左腕、左下腰背部見皮膚表淺擦傷、左肘、雙側小腿中段局部輕度瘀腫，左側肩胛骨骨折，且半個小時後原告才被送到澳門鏡湖醫院急診部接受治療，原告在等待救援期間所忍受的痛楚和恐懼；
39. 直至 2018 年 07 月 03 日，住院期間因上述交通意外所帶來的頭疼頸椎疼腰疼等，即使已服用醫院的止疼藥，原告亦完全不能入睡，當日下午才能出院(參閱附件三)；
40. 出院在外的一段期間，儘管原告已服用醫院的止疼藥，上述交通意外所帶來的頭疼強度仍然使原告難以入眠及受折磨；
41. 至提出民事請求，尤其是原告頭疼情況，影響原告睡眠質量，要長期服食安眠藥才能入睡；
42. 原告長期遭受頭疼的折磨，記憶力亦明顯下降；
43. 原告已對駕駛電單車和乘坐電單車存有陰影，過斑馬線都比之前更加謹慎及擔憂，上述交通意外對原告心理造成壓力；

44. 原告於 2018 年 07 月 03 日出院後，仍需好好休息，且須經常因是次交通意外受傷而到澳門鏡湖醫院接受跟進治療，及經常到 XXX 醫生接受治療，直至現今仍須頻繁接受治療，曾需要丈夫或家人陪伴；
45. 原告曾與同事朋友一起跑步，上述交通意外使原告減少了做運動；
46. 原告是一名莊荷，所負責的工作是長期坐在椅子固定用左手從發牌機到抽出牌然後派牌，用腦快速計算出牌的點數及快速根據客人籌碼按照不同賠率計算派彩款項，而上述交通意外正正使原告左側肩胛骨骨折、輕型顱腦損傷，而且至提出民事請求時仍未能完全康復，頭疼、記憶力下降等，使原告擔憂是否能繼續勝任莊荷的職位；
47. 從上述種種事實可以反映出，是次交通意外使原告身體、精神及心理均受到損害。上述損害，均為上述交通意外而直接引致的。
48. 在上述交通意外發生之時，嫌犯 C 所駕駛的 MT-XX-XX 號輕型汽車已依法向被告購買了民事責任保險，保單編號為 MPC/010090/0004(參閱卷宗第 13 頁之民事責任保險卡)。
第一次追加請求(見卷宗第 228 頁至 250 頁)：
49. 由於原告受傷至提出第一次擴張及追加請求仍不斷接受各種治療尤其是康復及皮膚治療，即使在提出民事損害賠償請求後，民事當事人尚未完全康復，仍需繼續接受治療。
50. 因著上述交通意外所導致的傷患症狀，原告自 2019 年 03 月 12 日至提出第一次擴張及追加請求(2019 年 06 月 14 日)仍未能上班。

51. 原告提交文件三十六份(參閱附件一至附件三十六)。
52. 上述附件一至十，以及附件十五至三十三之文件為原告提起民事損害賠償請求後需繼接受治療及財產損失的證明文件，金額為 MOP24,533.00。
53. 原告自 2019 年 03 月 12 日至提出第一次擴張及追加請求(2019 年 06 月 14 日)未能上班。
54. 因發生上述交通意外亦屬於 E 所購買的工傷意外所保障範圍內，上述附件三十三至附件三十六之文件為民事當事人自 2019 年 03 月 12 日至提出第一次追加請求(2019 年 06 月 14 日)所收取的薪金賠償，金額為 MOP49,734.49。
第二次追加請求(見卷宗第 295 頁至 335 頁)：
55. 原告於 2019 年 08 月 02 日或之前，分兩次全數收取 E 自 2018 年 06 月 29 日至 2019 年 06 月 30 日的生活補貼。
56. 被告亦已支付民事當事人所駕駛的 CM-XXXXX 號輕型電單車的維修費用。
57. 原告透過本書狀減少於 2019 年 03 月 12 日民事損害賠償請求書關於追討於 2019 年 06 月 14 日之追加請求關於生活補貼賠償 MOP10,410.96。
58. 原告受傷至第二次縮減、擴張及追加請求仍不斷接受各種治療尤其是康復及皮膚治療，即使在提出民事損害賠償請求後，原告尚未完全康復，仍需繼續接受治療。
59. 因著上述交通意外所導致的傷患症狀，原告自 2019 年 06 月 15 日至 2019 年 09 月 26 日亦未能上班(參閱附件一至附件九)。
60. 原告提交文件十八份 (請參閱附件十至附件二十七)。
61. 上述附件十至附件二十七之文件為原告提民事損害賠償請求

後需繼續接受治療及財產損失的證明文件，金額為 MOP19,901.00。

62. 原告自 2019 年 06 月 14 日至 2019 年 09 月 26 日未能上班。
63. 因發生上述交通意外亦屬於 E 所購買的工傷意外所保障範圍內，附件二十八和附件二十九之文件為原告自 2019 年 06 月 15 日至今所收取的薪金賠償，金額為 MOP25,336.44 (參閱附件二十八和附件二十九)。
64. 以民事當事人現時年齡為 48 歲而言，根據一般澳門居民最高工作年齡為 65 歲及一般女性預期壽命為 86.4 歲(請參閱附件三十，此數據參照澳門統計暨普查局澳門人口預測 2016-2036 第 14 頁)。
65. 原告留有頭痛、失眠、記憶力下降等後遺症，因著上述交通意外造成的後遺症而需要接受治療的財產損失，則須留待執行判決時方作結算。

第三次追加請求(見卷宗第 461 頁至第 488 頁)：

66. 原告受傷至提出第三次民事損害賠償請求之更正、擴張及追加仍不斷接受治療尤其是頭疼頭暈方面，即使在提出民事損害賠償請求後，原告仍需繼續接受治療。
67. 因著上述交通意外所導致的傷患症狀，原告自 2019 年 09 月 27 日至 2019 年 11 月 14 日、2019 年 12 月 05 日至 2019 年 12 月 07 日以及 2020 年 01 月 13 日至 2020 年 02 月 06 日亦未能上班 (參閱附件一至附件十七，而附件六至附件十、附件十二、附件十六和附件十七之正本已附入卷宗之中間上訴內)。
68. 於 2020 年 01 月 13 日，原告在上班期間因著輕型顱腦損傷所帶來的頭疼頭暈而暈倒在地，隨即被送往醫院治療 (再參閱附

件六、附件十六和附件十七)。

69. 原告提交文件十九份；(請參閱附件十八至附件三十六)。

70. 上述附件十八至附件三十六之文件為原告提起民事損害賠償請求後需繼接受治療及財產損失的證明文件，金額為MOP12,095.00。

71. 原告自 2019 年 09 月 27 日至 2019 年 11 月 14 日、2019 年 12 月 05 日至 2019 年 12 月 07 日以及 2020 年 01 月 13 日至 2020 年 02 月 06 日亦未能上班。

補充請求(見卷宗第 751 頁至第 753 頁，以及 756 至 764 頁)：

72. 因第二次醫學鑑定報告指出民事當事人因是次交通意外所導致的暫時絕對無能力(康復期)為 974 天(由 2018 年 06 月 08 日至 2021 年 02 月 05 日)，並根據 758 至 764 頁的資料，於 2018 年 06 月 29 日至 2019 年 11 月 14 日未能工作合共 504 天；於 2019 年 11 月 15 日至 2020 年 01 月 13 日期間部分日子未能工作不少於 27 天，僅在 2019 年 11 月 15 日至 26 日、12 月 05 日至 10 日、12 月 15 日至 23 日、2020 年 01 月 02 日至 07 日和 1 月 12 日被視為上班(當中部分休假用年假抵銷及不主動休假視為上班計算)；於 2020 年 01 月 14 日至 2021 年 02 月 05 日期間部分日子未能工作不少於 319 天，僅在 2020 年 02 月 27 日至 29 日、03 月 01 日和 06 日、03 月 20 日至 24 日、03 月 26 日至 31 日、04 月 04 日至 07 日、04 月 12 日和 13 日、04 月 17 日至 19 日、04 月 27 日、05 月 01 日至 04 日、05 月 07 日至 12 日、07 月 26 日至 28 日、07 月 30 日和 31 日、10 月 02 日至 05 日、10 月 15 日至 20 日、10 月 23 日至 27 日、11 月 06 日至 10 日、11 月 12 日至 17 日、12 月 26 日至 28 日

上班(當中部分休假有薪是因年假、強制性假期及補假、公司福利抵銷和因著第 27/2020 號行政長官批示和第 39/2020 號行政長官批示於 2020 年 02 月 05 日至 2020 年 02 月 20 日關閉娛樂場及不主動休假視為上班計算)。從上可知，原告從 2018 年 06 月 29 日至 2021 年 02 月 05 日期間未能上班不少於 850 天(因周假和不主動休假及不主動休假視為上班計算)，均因未恢復工作能力和接受康復治療並未能工作，至少合共 850 天，故損失的薪金 MOP603,134.21(月薪 21,287.09/30*850)和生活補貼 MOP103,452.05，合共 MOP706,586.26。

73. 而至今收取主參與人因工傷意外給付的薪金 MOP182,516.20 和收取 E 給付的 30 天薪金 MOP21,287.09 和生活補貼 MOP30,794.52，合共 MOP234,597.81。
74. 經扣除已收取上述薪金和生活補貼後，民事當事人仍損失薪金和生活補貼合共 MOP471,988.45。
75. 就非財產性損害賠償方面，原告應得到 MOP300,000 的賠償。
誘發參加：
76. 原告在案發時為 E 的員工。
77. 原告在案發時在 XX 賭場擔任莊荷。
78. 上述交通意外當時，即 2018 年 6 月 29 日下午約 2 時 26 分，原告當時人正從其家往 XX 賭場的路上，故上述交通意外在上班途中發生。
79. 原告的僱主 E 與 B 有限公司與簽訂了僱員的工作意外保險，相關保單編號為 CIM/EGI/2018/000656(見文件 1)。
80. 根據上述保險合同，當中規定僱員在往返工作地點期間，不取決於使用交通工具的方式，均屬於保險責任範圍。

81. 原告在上班途中因交通意外而導致受傷，故是次意外屬交通意外，同時也是工作意外。
82. 根據 8 月 14 日第 40/95/M 號法令的規定，參加人有關工作意外的賠償責任轉移至交通意外的保險公司。
83. 參加人因原告在 389 日暫時絕對無能力而支付了 MOP182,516.20 元薪酬及 MOP1,200.00 元醫療費用。
84. 被害人 D 的傷勢之臨床診斷：輕型顱腦損傷(腦震盪)，左側肩胛(肩峰)骨折，全身多處挫擦傷，符合因 2018 年 6 月 29 日的交通事故導致輕型顱腦損傷(腦震盪)，左側肩胛(肩峰)骨折。是次事故導致被害人留有頭痛、失眠、記憶力下降等後遺症，根據第 40/95/M 號法令之無能力表第 78 條 d)項腦震盪後遺症(0.05~0.15)，其“長期部分無能力”評定為 5)%。
85. 被害人的雙側額葉及左側頂葉少量缺血灶與本次交通意外並無關聯；輕型顱腦損傷是由本次交通意外引致；頸椎間盤突出及腰椎骨質增生與本次交通意外並無關聯。
86. 被害人因是次交通意外所致的輕型顱腦損傷到最新鑑定會診日報 5/2/2021)止，暫時絕對無能力(康復期)為 974 日(8/6/2021 受傷至 5/2/22021)。

經庭審未查明的事實：

刑事事實：

1. 上述碰撞直接及必然地引致 D 頸椎間盤突出。

民事請求、追加請求、答辯狀、答覆及其他民事書狀中與獲證事實不符的事實或未獲證明、或對判決不重要的事實，尤其是：

2. 上述碰撞直接及必然地引致原告頸椎間盤突出【1.頸椎間盤變形,2.頸 3/4 和頸 4/5 椎間盤突出(後中央型),3.頸 5/6 椎間盤膨出,4.頸 6/7 椎間盤輕度膨出】，該等傷患與是次交通意外存在因果關係。被害人頸椎間盤突出屬“長期部分無能力”，減值為 3%。
3. 嫌犯 C 的行為同樣亦導致原告外套、褲破爛、電單車頭盔損毀、手錶的損毀及鞋的遺失和損毀。
4. 上述碰撞致使原告當時失去意識，救援期間一直躺在地不能動彈。
5. 原告的頸疼腰疼等疼楚是上述交通意外所帶來的。
6. 至提出民事請求，原告每天能睡眠的時間不超過 4 小時。
7. 部份證書費用，包括五十四至七十，以及附件八十一為向澳門鏡湖醫院申請於 2018 年 12 月 6 日及 2019 年 3 月 6 日的證書費用，共花費澳門幣 760 元。
8. 原告因上述交通意外而導致需到 XX 醫療中心接受頸腰部骨骼復位治療，並因上述交通意外而在該醫療中心共花費 MOP7,500.00。
9. 嫌犯 C 的行為導致手錶的損毀，且不能維修回復原狀，上述手錶價值不少於 MOP1,800.00。
10. 嫌犯 C 的行為導致原告交通意外當日所穿著的鞋遺失，其價值不少於台幣\$3,900.00，即不少於 MOP1,025.28。
11. 嫌犯 C 的行為導致原告交通意外當日所穿著的 NIKE 外套破損，其價值不少於 MOP400.00。
12. 嫌犯 C 的行為導致原告交通意外當日所穿著的休閒衣褲，其價值不少於 MOP300.00。

13. 嫌犯 C 的行為導致原告交通意外當日所配戴的電單車頭盔破損，其價值不少於 MOP300.00。
14. 原告一向是一個勤奮的員工，如非毫無辦法的情況，都不會缺勤。
15. 上述律師費和證明書費用合共 MOP56,750.00 與是次交通意外存在因果關係。
16. 洗頭幾乎成為原告禁忌，因每逢洗頭所引致的頭疼強度和所引致的頸椎疼痛強度使原告難以接受。
17. 原告精神情況經常處於煩躁狀態，其丈夫經常請假陪伴及安慰原告。
18. 上述交通意外並導致原告受損害的部位如手腕、腰和腳存有疤痕，且左肘位骨明顯突出。
19. 自上述交通意外至今原告均沒有再駕駛或乘坐電單車。
20. 原告因上述交通意外導致的受惠而經常到 XX 醫療中心接受治療，幾乎每次治療均需要丈夫或家人陪伴，因而影響了他們的工作及日常生活，使原告感到擔憂、慚愧及情緒低落。
21. 原告是十分喜愛運動的人，幾乎每天獨自或與同事朋友一起跑步，但上述交通意外所引致的頸椎疼痛和腰部強烈疼痛及左手麻痺無力等，使原告不得不放棄所有運動。
22. 原告因上述交通意外而頸椎間突出，因上述交通意外而不能長期坐在椅子、左手麻痺無力等。
23. 第一次追加中的附件十一至十四之文件為原告因是次交通意外導致的傷患而接受治療，並因是次交通意外而導致接受治療之花費金額合共為 MOP3,550.00。
24. 其他與上述已證事實不相符的事實。

原審法院在事實的判斷中作出如下說明：

“嫌犯在庭審聽證中作出聲明，其承認被指控的事實，並尤其表肇事汽車屬於其朋友的，在案發前其將該車停泊在米標位處，剛出車，故其當時駕駛的車速不高，每小時約 10 多公里。事發前，其駕駛到一斑馬線位置望了一下右邊，但沒有望清楚右邊的路面情況，在駛出肇事路口時，突然看見肇事電單車駛到，其剎車不及，其駕駛的車的車頭位置與肇事電單車的左車身位置發生碰撞。其確定卷宗第 3 頁“X”點為撞擊點。其後，其又表示其一邊出路口時有一邊望右邊的路面情況，但其第一眼見到肇事電單車的位置是碰撞時，當時肇事電單車是以正常速度行駛的。其承認當其駕駛肇事汽車時沒有讓肇事電單車優先通行，以致與肇事電單車發生了碰撞，並表示以後會小心駕駛。

被害人 D 在庭審聽證中作證，尤其表示事發時，其駕駛 CM-XXXXXX 號輕型電單車沿菜園路往中心街方向駛至肇事交匯處，期間，汽車剎車及，在該交匯處撞及其駕駛的電單車，並使其及電單車倒地。其已不記得詳細碰撞的情況，但其記得在碰撞前，其曾望左邊的路段，該路段的車輛需要讓其先，但卻發生了碰撞。其當時車速很慢，但不記得具體車速。在發生了碰撞後其暈了，在其醒來時已在醫院。

證人 XXX(治安警察局警員)在庭審聽證中作證，尤其表示其到場處理本案的事故。在現場，當時有向嫌犯及被害人了解案發的經過，其繪畫了事故圖，當時被害人的衣服破損。後來，證人在查看了第 2 頁的報告後，表示該頁的報告內容才是正確的，即在現場時，被害人沒有向其描述事發的經過，但記得被害人當時並沒有昏迷，因當時被害人是自己選擇去鏡湖醫院接受治療的。

證人 XXX(治安警察局警員)在庭審聽證中作證，尤其講述調查的

經過。

證人 XXX (被害人的丈夫)在庭審聽證中作證，尤其表示被害人在今年一月份還暈過兩次。其經常陪同被害人看醫生。被害人在發生是次交通意外後性情變得煩躁，且被害人在意外後難以入睡，需服止痛藥才能入睡，服了止痛藥約一年多，現在情況有所好轉，每天可睡約 5 小時。意外後，被害人乘坐電單車，也不敢駕駛電單車。現在被害人大部份出行時均是乘坐巴士代步。意外後，被害人害怕過斑馬線。是次交通意外導致被害人當時身穿的衣服受損，價值約 400 元，被害人當時配戴的手錶損毀，價值約 2,000 元，被害人當時穿著的鞋不見了。在意外時，被害人正在上班途中。意外後至今，被害人沒有上班，疫情期間被害人曾嘗試上班數天，且申請上班期間不長時間站立及不上夜班，但被害人卻在上班期間暈倒了，故被害人之後沒有再上班。被害人公司已給了一年工資給被害人。

證人 XXX(被害人的上司及朋友)在庭審聽證中作證，尤其表示由於被害人在意外當日沒有上班，其向被害人的丈夫了解，得知被害人發生了交通意外。其有前往醫院探望被害人，被害人受傷情況嚴重，包括頭部及腰部受傷。事後，其曾陪被害人接受康復治療。意外後，被害人在工作方面存在困難，被害人在工作時需要撲克牌，且需要用左手，以及工作時需要站立，這些方面被害人均有困難。於 2020 年 1 月，被害人曾上班，至少約十多天，但在工作期間暈倒。被害人因腰痛及頭暈已沒有再上班。按公司規定，若員工沒有上班 30 天，則沒有權收取生活補貼。在意外後，被害人不敢乘坐電單車，連過馬路時也感到害怕。意外前，其曾與被害人一起跑步，意外後約兩個月，被害人仍只能與其散步，被害人不能跑步。在意外時，被害人正在上班途中。

證人 XXX 在庭審聽證中作證，尤其表示其與被害人是同事及朋友

關係。意外後，其曾去醫院探望被害人，看到被害人的手腕、腰部等位置受傷，精神很差。被害人經常頭痛、腰痛及手無力。其曾多次陪被害人看醫生，包括鏡湖醫院及中醫診所等。被害人約一年前曾上班約一週多，但在上班期間暈倒。被害人現在的變得沒有精神，左手痛及摸不到撲克牌，不能跑步，只能散步。按公司規定，若員工沒有上班 30 天，則沒有權收取生活補貼。在意外後，被害人不敢乘坐電單車，連過馬路時也感到害怕。

根據卷宗第 288 頁之臨床法醫學鑑定報告，於 2019 年 9 月 4 日對被害人 D 的傷勢進行鑑定，當中臨床診斷：輕型顱腦損傷(腦震盪)，左側肩胛(肩峰)骨折，全身多處挫擦傷。被害人符合因 2018 年 6 月 29 日的交通事故導致輕型顱腦損傷(腦震盪)，左側肩胛(肩峰)骨折。被害人的上述傷患已達至醫學上治癒，其“暫時絕對無能力”期間為 433 天(2018 年 6 月 29 日至 2019 年 9 月 4 日)。是次事故導致被害人留有頭痛、失眠、記憶力下降、左肩活動受限、頭痛及腰痛等後遺症，根據第 40/95/M 號法令之無能力表第 18 條 d)項 3)左肩活動受限制性 0~0.0.3、弱勢側及 d)，及第 78 條 d)項腦震盪後遺症(0.05~0.15)，其“長期部分無能力”評定為 8(3+5)%。被害人於 2018 年 7 月 2 日在鏡湖醫院接受頸椎 MRI 檢查，該報告未見有急性損傷，因此，頸椎間盤突出與是次交通事故無直接的因果關係。腰椎骨質增生的常見原因為骨骼退化性改變、姿勢不正確及長時間勞損等引致。因此，與是次交通事故無直接的因果關係。

根據卷宗第 364 至 365 頁之臨床法醫學鑑定報告(相關中文翻譯版本見第 655 及其背頁)，於 2019 年 10 月 9 日對被害人 D 的傷勢進行鑑定，當中尤其對第 364 頁的鑑定報告進行澄清：主訴的失眠、睡眠障礙及記憶力減退與頭部創傷後腦震盪綜合症相關聯及相匹配，而頭顱外傷可能會引致之後的 2 至 3 個月內出現頭痛。臨床診斷：輕微顱腦損傷，身體

多處挫擦傷及頸椎間盤突出。另外，有關“暫時絕對無能力”的期間應為3至6個月，之後緊接暫時部分無能力及/或者完全康復。根據第40/95/M號法令之無能力表第18條d)項3)點之規定維持其左肩活動受限制性0~0.03、輕微，d)，以及根據第78條d)項腦震盪後綜合症(0.05~0.15)的評估，其“長期部分無能力”減值為8%。

考慮到上述兩份報告存在不同之處，故有關簽署該兩份報告的醫生分別作出了聲明：

➤ XXX醫生在庭審聽證中尤其表示：第288頁是以中文製出，而第364至365頁則是其製作的，兩份報告的內容有所不同，其不懂中文，故不太清楚第288頁的報告的內容。

➤ XXX醫生在庭審聽證中尤其表示：第288頁是於2019年9月份作出，而第364至365頁的報告則是在2019年10月份作出，且以葡文製作，兩份報告的內容有所不同，由於其不懂葡語，故不太清楚第364至365頁的報告的內容。有關第104頁的報告是其於2019年3月4日作出。

針對上述第288頁，以及第364及365頁之臨床法醫學鑑定內容之不同，本院指派了另外三位醫生再對被害人的傷勢進行鑑定：

➤根據卷宗第678、685及748頁之臨床法醫學鑑定報告，於2021年2月5日對被害人D的傷勢進行鑑定，當中尤其指：雙側額葉及左側頂葉少量缺血灶與本次交通意外並無關聯；輕型顱腦損傷是由本次交通意外引致；頸椎間盤突出及腰椎骨質增生與本次交通意外並無關聯；引起受害人頭部、頸部及腰部疼痛的原因，包括輕微頭部外傷、軟組織挫傷、肌肉牽拉傷等多因素導致。第685及748頁指有關輕型顱腦損傷及身體多處挫擦傷屬短期性，頸椎間盤突出與是次交通意外無關，無“長期部分無能力”。

之後，製作第 288 頁，以及第 364 及 365 頁的三位醫生再製作了第 742 頁之臨床法醫學鑑定報告，於 2021 年 4 月 15 日再對被害人 D 的傷勢進行鑑定，當中相關內容與第 288 頁之臨床法醫學鑑定報告內容基本吻合。

考慮到上述第 288、364、365 及 742 頁與第 678、685 及 748 頁之報告內容存在不同之處，故有關簽署該等報告的醫生分別作出了聲明：

➤ XXX 醫生在庭審聽證中尤其表示：有關第 742 頁報告的內容，在對被害人作出鑑定時，是按照被害人頭暈、失眠等症狀而給予 5% 的“長期部分無能力”(IPP)。雖然被害人曾做 MRI 測試，但找不到頭痛的原因，且難以量度，有關結論主要是相信被害人的自訴，且客觀上被害人有頭顱腦損傷，故能判斷有關“長期部分無能力”(IPP)。而“暫時絕對無能力”(ITA)方面，其認為若已可以上班即已完結“暫時絕對無能力”(ITA)。

➤ XXX 醫生在庭審聽證中尤其表示：其認為兩組醫生的評估結果有差異的主要原因是鑑定時間不同。有關第 742 頁的報告，其表示被害人被鑑定，2019 年 9 月 4 日從事發至該日已 1 年，仍自訴有頭痛、失眠及記憶力下降等情況，故評定頭腦傷殘為 5%。被害人至今仍有頭痛，失眠及記憶力下降，屬主觀性。頭痛會影響患者的思考狀況，也會視乎是否對患者的工種造成影響。基本上沒有方法檢視頭痛，但失眠是有表癥的，失眠及記憶力下降是有方法檢測的。印象中有對被害人做該失眠及記憶力下降等方面的評估檢測，有轉介被害人到仁伯爵綜合醫院的精神科，但其印象被害人沒有前往該醫院接受治療。被害人間中也有找其診治，被害人今年仍有就診，但這兩個月應該沒有就診。可透過服藥減輕頭痛及失眠等症狀，但這方法只是作舒緩，其認為有需要服藥即未算已痊癒，需要服藥舒緩該等症狀並不構成減低後遺症的情況。

➤ XXX 醫生在庭審聽證中尤其表示：其認為有關第 742 頁及第 748

頁的報告，兩個報告是互相補充，沒有矛盾。第 742 頁的報告的鑑定日期是 2019 年 9 月 4 日，第 748 頁則是在 2021 年 4 月份。由於第 742 頁所載的“暫時絕對無能力”是 433 日，當中其等是按主診醫生在時段所發出的假紙計算的；而第 748 頁所載的“暫時絕對無能力”(ITA)則是 974 日。而到了 2021 年 4 月時，由於被害人在該時接受鑑定時，左肩部位已康復，故有關另一組醫生鑑定被害人該部位時認為不構成“長期部分無能力”(IPP)，即已不存在肩部 3%的“長期部分無能力”(IPP)了。但由於被害人仍有頭痛、失眠及記憶力下降的情況，故其認為被害人仍有存在顱腦外傷 5%的“長期部分無能力”(IPP)。而另一組醫生在第 748 頁中則認為屬短期性症狀，該組醫生有可能認為是主觀性症狀，且屬有可能癒合的情況。但按其理解，且按書籍及研究，輕型的顱腦外傷有可能痊癒，但亦有 38%左右的人是不能癒合的，原因不明。當時其沒有對被害人做檢查，但被害人主診醫生有對被害人檢測，尤其有關主診醫生提及被害人仍需一直服食安眠藥才能入睡，且無法質疑患者講大話，故其等三位醫生均相信被害人所稱的頭痛、失眠及記憶力下降等症狀，故評定顱腦外傷的“長期部分無能力”(IPP) 為 5%。

►XXX 醫生在庭審聽證中尤其表示：被害人當時只提交了部份由主診醫生發出假紙，沒有提交全部，但直至被鑑定當日仍未能上班。有關第 748 頁的報告，被害人自訴失眠、頭痛及記憶力下降，這些均是主觀症狀，這些症狀是可以醫治的，例如可以透過服食藥物醫治。雖然被害人斷斷續續地仍然出現而失眠、頭痛及記憶力下降的情況，一直仍有接受治療，但頭暈及失眠等症狀是可透過服藥治療的，故該等情況並沒有“長期部分無能力”(IPP)。其認為認為“長期部分無能力”(IPP)是功能性的障礙，例如可阻礙工作的功能性的障礙，如斷肢。另外，被害人的肩部已康復。其有考慮被害人自訴一直未能上班的情況。有關第 748 頁報

告中所載的 974 日，2021 年 2 月 5 日，“暫時絕對無能力”(ITA)最後日期是會診當日。

在庭審聽證中審查了卷宗所載的扣押品。

在庭審聽證中審查了卷宗所載的書證。

綜上所述，根據嫌犯的聲明，被害人及各證人的證言，並結合在庭審判聽證中審查的扣押品、書證，以及其他證據後形成心證。

雖然嫌犯在開始時表示曾沒有望清楚右邊的路面情況，在駛出肇事路口時，突然看見肇事電單車駛到，其剎車不及，其駕駛的車的車頭位置與肇事電單車的左車身位置發生碰撞；其後來又指其一邊出路口時有一邊望右邊的路面情況；但其最後也承認當時其駕駛肇事汽車時沒有讓肇事電單車優先通行，以致與肇事電單車發生了碰撞。按照嫌犯的聲明，本院認為其基本承認有關被指控的事實。

另外，被害人講述了部分事發的經過，尤其指出其駕駛電單車到肇事路口時，與涉案車輛發生了碰撞。再者，結合警方的調查、肇事路段的情況(尤其是嫌犯當時所處的車道上設有三角讓先符號)、兩車發生撞碰的撞擊點、肇事車輛的照片及損毀之位置，以及其他證人及書證等資料。因此，經過庭審，結合庭審所得的證據，本院認為足以認定嫌犯在公共道路駕駛時沒有謹慎注意路面的情況，其應當及可以注意到其所處的車道上設有三角讓先符號，也應當及可以注意到 D 所駕駛的電單車正沿其應讓先的道路上駛至，但由於嫌犯應當及可以注意而不注意，在沒有履行讓先義務的情況下駛出上述路口進入交匯處，因而導致是次交通事故發生並使 D 的身體遭受創傷。嫌犯為是次交通意外是唯一過錯方。

另一方面，根據證人的證言及卷宗的文件資料，本院認為嫌犯的上述行為導致民事請求人財產及非財產的損失。

根據證人的證言及文件資料，尤其是有關勞工保險合同的條款，本院認定被害人在上班途中發生了是次交通意外，屬工作意外及交通意外。

有關鑑定報告方面，經綜合分析各份報告的內容，並考慮到兩組醫生分別對相關報告進行解釋的情況，其等認為有關第 742 頁及第 748 頁的報告是互相補充，沒有矛盾，尤其是第 742 頁的報告的鑑定日期是 2019 年 9 月 4 日，而第 748 頁則是在 2021 年才對被害人進行鑑定，第 742 頁所載的“暫時絕對無能力”(ITA)是 433 日，當中其等是按主診醫生針對該段期間所發出的病假文件作計算的。第 748 頁所載的“暫時絕對無能力”(ITA)是 974 日。到了 2021 年，由於被害人在該時接受鑑定時，左肩部位置已康復，故被害人左肩部位置已不存在“長期部分無能力”(IPP)。但由於被害人仍有頭痛、失眠及記憶力下降的情況，其中一組醫生在第 748 頁中認為屬短期性症狀，但在第 748 頁所載的“暫時絕對無能力”(ITA)時間長達 974 日，超過 2 年多的時間，這並非屬短時間，而為較長的時間。另外，考慮到另一組醫生表示主診醫生有對被害人檢測，被害人仍需一直服食安眠藥才能入睡，可透過服藥減輕頭痛及失眠等症狀，但這方法只是作舒緩，需要服藥舒緩該等症狀並不構成減低後遺症的情況。綜合分析有關報告及各名醫生的解釋，評定顱腦外傷 5% 的“長期部分無能力”(IPP)。

另外，根據鑑定報告，被害人的雙側額葉及左側頂葉少量缺血灶與本次交通意外並無關聯；輕型顱腦損傷是由本次交通意外引致；頸椎間盤突出及腰椎骨質增生與本次交通意外並無關聯。”

三、法律方面

上訴人 A 有限公司提起的中間上訴涉及下列問題：

- 誘發參加

上訴人 A 有限公司提起的終局上訴涉及下列問題：

- 審查證據方面明顯有錯誤
- 復康治療的開支

1. 首先，在中間上訴方面，上訴人 A 有限公司提出，由於申請人已經錯過時機，原審法院不應接納 B 有限公司提出自發參加本案的請求，該批示違反了《民事訴訟法典》第 262 條 b) 款及第 264 及第 265 條的規定。

《民事訴訟法典》第 60 條規定：

“一、如出現爭議之實體關係涉及數人，有關訴訟得由全部主體共同提起，或針對全部主體；然而，法律或法律行為未有規定者，訴訟亦得僅由其中一主體提起，或僅針對其中一主體；在此情況下，法院僅得審理相應份額之利益或責任，即使有關請求包括全部利益或責任亦然。

二、如法律或法律行為容許僅由一主體行使權利，又或容許僅向其中一主體要求履行共同債務，則只要其中一主體參與訴訟，即具正當性。”

《民事訴訟法典》第 61 條規定：

“必要共同訴訟

一、如法律或法律行為要求在出現爭議之實體關係中各主體均參

與訴訟，則欠缺任一人即構成不具正當性之理由。

二、如基於有關法律關係之性質，所有主體有需要參與訴訟，以便所獲得之裁判能產生正常有用之效果，則亦需要所有主體參與訴訟；只要就所提出之請求所作之裁判能確定性規範當事人之具體情況，該裁判即產生其正常有用之效果，即使該裁判不約束其他主體亦然。”

《民事訴訟法典》第 64 條規定：

“一、如有同一訴因，或各請求之間在審理方面存有先決或依賴關係，則兩名或兩名以上之原告得聯合以不同請求針對一名或數名被告，而原告亦得以不同之請求一併起訴數名被告。

二、訴因雖不同，但主請求理由是否成立根本上取決於對相同事實之認定，或根本上取決於對相同法律規則或完全類似之合同條款之解釋及適用時，亦得聯合。

三、如針對數名被告提出之數個請求，一部分係基於債權證券之債務，而另一部分係基於產生該債務之根本關係，則亦得聯合。”

《民事訴訟法典》第 65 條規定：

“一、如有關法院無管轄權審理所提出之任一請求，則不得聯合。

二、如所提出之請求須以不同之訴訟形式審理，亦不得聯合，但因請求之利益值不同而導致須採用不同訴訟形式者除外。

三、如有關請求須以不同訴訟形式審理，但各訴訟形式並非採用明顯不相容之步驟，則法官得許可將各請求合併，只要此合併有重要利益或一併審理各請求對合理解決爭議屬必需者。

四、在上款所規定之情況下，法官須在有關之程序步驟方面作出調整，以配合獲許可之合併。

五、如法官依職權或應任一被告聲請，認定雖符合聯合之要件，但對各案件一併作出調查、辯論或審判屬明顯不宜者，法官須以附理由說明之批示，命令通知原告，以便其於指定期間內指明在該訴訟程序中須予審理之請求；如原告在指定期間內並未指明，則駁回就所有針對被告之請求而作之起訴；如有多名原告或已指明在該訴訟程序中須予審理之請求，則適用第六十六條第二款及第三款之規定。

六、在上款所規定之情況下，如在法官命令將各案件分開審理之批示確定後三十日內提起新訴訟，則提起訴訟及傳喚被告之民事效果追溯至第一次訴訟中作出起訴及傳喚之日。”

《民事訴訟法典》第 262 條規定：

“對於正處待決之訴訟，下列之人得以主當事人之身分參加：

a) 依據第六十條及第六十一條之規定，對案件之標的具有與原告或被告相同利益之人；

b) 依據第六十四條之規定得與原告聯合之人，但不影響第六十五條規定之適用。”

《民事訴訟法典》第 264 條規定：

“一、以第二百六十二條 a 項為依據之參加，得在對案件之裁判確定前之任何時刻為之；如以 b 項為依據，則僅於參加人仍得以專門訴辯書狀提出其主張時方可參加。

二、參加人須接受參加時案件所處之狀況，且被視為在先前之行為或程序中不到庭；但自其參加之時起享有主當事人之所有權利。”

《民事訴訟法典》第 265 條規定：

“一、如在清理批示作出前參加訴訟，則參加人得以專門訴辯書狀提出參加；如其參加原告一方，則提出其訴訟請求；如參加被告一方，則對原告之主張提出答辯。

二、如有關訴訟程序中並無作出清理批示之階段，上款所指之參加得於指定第一審之辯論及審判日期前為之；如無清理批示，亦無辯論及審判之聽證，得於第一審判決作出前按上款所指方式參加。

三、如於以上兩款所指之訴訟時間後參加，則參加人必須作出簡單聲請，方得提出參加訴訟，並須將原告或被告之訴辯書狀作為其訴辯書狀。”

第 40/95/M 號法令第 58 條規定：

“一、如意外同時為交通事故及工作意外，由根據本法規之規定獲轉移而承擔工作意外責任之保險人作彌補，並由其代位行使遇難人對引致交通事故之車輛之保險人之權利。

二、如引致交通事故之車輛之保險人有責任之情況，該保險人得通知工作意外之保險人於六十日內行使上款所規定之權利，引致交通事故之車輛之保險人有權能在該期間過後直接向遇難人清償應付之損害賠償。

三、在針對引致交通事故之車輛之保險人之司法訴訟中，應有遇難人、僱主及工作意外之保險人參與，而有權限之法院為此目的應依職權傳喚之。

四、無合理理由而妨礙保險人行使第一款所指代位權之遇難人，須對工作意外之保險人負起該行為而導致費用增加之責任。

五、屬未購保險之情況，以上四款中關於工作意外保險人及交通事故保險人之規定，分別適用於遇難人之僱主實體及交通事故之責任實

體。”

上述條文規定(第三人)自發參加的條件以及時間。

根據卷宗資料顯示，被害人 D 在接收檢察院控訴書後提起民事損害賠償請求(詳見卷宗第 77 頁及隨後申請)。

卷宗在初級法院分發及編制後，原審法官初端接納被害人的民事賠償請求及進行隨後的程序。(詳見卷宗第 183 及背頁批示)。

原審法院法官亦指定了審判聽證日期(詳見卷宗第 186 頁批示)。

隨後被害人提出了民事損害賠償請求之縮減，擴張及追加請求，進行了醫學鑑定，被請求人亦提出了相關的答辯。

原審法院亦更改了審判聽證日期。

B 有限公司提交了主自發參加申請。(詳見卷宗第 531 頁及隨後的申請)

原審法院延期了審判聽證日期。(詳見卷宗第 567 頁)

上訴人 A 有限公司對申請提交了答覆提出了申請人正當性的問題。(詳見卷宗第 573 至 591 頁)

E 亦提交了答覆。(詳見卷宗第 597 至 598 頁)

B 有限公司對上訴人 A 有限公司提出的合法性問題提交了答覆。(詳見卷宗第 607 至 616 頁)

原審法院接納了 B 有限公司的請求。

上訴人提出 B 有限公司在原審法院指定審判日期後才提出自發參加請求，已經超過了《民事訴訟法典》第 265 條規定的時間。

上述規定是為保障訴訟另一方可適時行使辯護權。

然而，考慮到在本卷宗內，原審法院將審判聽證延期，且訴訟雙方亦對參加請求作出了答覆，充分行使了辯護權，因此，隨後的批示並未患有上訴人提出的瑕疵，應予以維持。

故此，上訴人所提出的上訴理由並不成立。

2. 關於主上訴方面，上訴人 A 有限公司提出根據相關醫學鑑定，被害人已達至醫學上治癒，而其後遺症亦是短期症狀，因此，原審法院判決關於“原告因是次交通意外而進行之復康治療的開支，在日後作確定及結算”的裁決患有《刑事訴訟法典》第 400 條第 2 款 c) 項規定審查證據方面明顯有錯誤的瑕疵。

根據《刑事訴訟法典》第 400 條第 2 款 c) 項規定，上訴亦得以審查證據方面明顯有錯誤為依據，只要有關瑕疵係單純出自案卷所載的資料，或出自該等資料結合一般經驗法則者。

終審法院於 2001 年 3 月 16 日，在第 16/2000 號刑事上訴案判決中認定：“審查證據中的明顯錯誤是指已認定的事實互不相容，也就是說，已認定的或未認定的事實與實際上已被證實的事實不符，或者從一個被認定的事實中得出在邏輯上不可接受的結論。錯誤還指違反限定證據的價值的規則，或職業準則。錯誤必須是顯而易見的，明顯到一般留意的人也不可能不發現。”

具體分析相關的證據，原審法院除了聽取了嫌犯以及被害人在審判聽證中所作的聲明，亦在審判聽證中聽取了包括多名醫生等案中證人的證言，審查了案中的文件尤其是多份醫學鑑定報告等。

上訴人在上訴聲請時指稱民事請求人已達至醫學上治療，故無需要繼續接受治療，故原審法院不應判處上訴人承擔被上訴人因是次交通意外而進行之復康治療的開支(日後作確定及結算)。

然而，《刑事訴訟法典》第 400 條第 2 款所規定的上訴理據是針對原審法院對審查證據的決定，且須出自案卷所載資料，尤其是判決本身，而並非對相關證據作出重新分析審理。

民事請求人在答覆中作出如下分析：

“卷宗中兩組醫生的臨床醫學鑑定書關於醫學上治愈均是講述民事請求人的輕型顱腦損傷、左側肩胛骨骨折及全身多處挫擦傷等傷患時所提及的；而關於民事請求人存有至少留有頭疼、失眠及記憶力下降等後遺症，兩組醫生並沒有任何關於醫學上治愈的說法，以及表示針對頭疼和失眠均需要治療(如服藥)。

且主診醫生 XXX 表示有對民事請求人檢測，民事請求人仍需一直服食安眠藥才能入睡，可透過服藥減輕頭痛及失眠等症狀，但這方法只是作舒緩，需要服藥舒緩該等症狀並不構成減低後遺症的情況。

即使另一組醫生在第 748 頁認為被上訴人存有頭疼、失眠及記憶力下降等後遺症是短期性，當問及該組醫生 XXX 其第 748 頁所載的暫時絕對無能力時間長達 974 日，超過 2 年多的時間已經是一個較長的時間，為何作出短期性的判斷？醫生 XXX 表示民事請求人存有頭疼、失

眠及記憶力下降均是主觀症狀，可以透過服食藥物治療的，故該等情況並沒有長期部分無能力 IPP，從而作出短期性的判斷；同時表示作出短期性判斷與民事請求人頭疼、失眠及記憶力下降將要持續時間長短沒有直接關聯，亦無法預測被上訴人頭疼、失眠及記憶力下降等後遺症需要多長時間消失。

原審判決中事實判斷中，兩組醫生的臨床法醫學鑑定報告及所有出席庭審聽證的醫生證人的證言，從而認定交通意外引致被上訴人輕型顱腦損傷、在側肩胛骨骨折及全身多處挫擦傷，及輕型顱腦損傷 5% 的長期部分無能力，以及至少留有頭疼、失眠及記憶力下降等後遺症。

當民事請求人持續頭疼及失眠持不接受治療是不可能的，不讓民事請求人頭疼及失眠時接受治療更是不人道的；明顯地，可預見民事請求人因頭疼、失眠及記憶力下降等後遺症仍需要不定期地繼續接受複康治療的，而有關後遺症正正是上述交通意外所導致的，故上訴人應承擔民事請求人因是次交通意外而進行之復康治療的開支且在日後作確定及結算。”

本院同意上述分析，的確，從經驗法則及邏輯的角度考慮，原審法院對相關醫學鑑定，結合有關醫生聲明的分析，可客觀、直接及合理地證明被害人的傷勢。原審法院在審查證據方面並不存在上訴人所提出的任何錯誤，更遑論明顯錯誤。

事實上，上訴人是在質疑原審法院對事實的認定，以表達其對合議庭所認定的事實的不同意見來試圖質疑法官的自由心證，這是法律所不允許的。

當然，不受質疑的自由心證必須是在以客觀的、合乎邏輯及符合

常理的方式審查分析證據的基礎上所形成的心證。

但在本案中，原審法院在審查證據方面並未違背以上所提到的任何準則或經驗法則，因此，上訴人不能僅以其個人觀點為由試圖推翻原審法院所形成的心證。

故此，上訴人提出的上述上訴理由並不成立。

3. 上訴人又提出民事請求人已獲得 195,572.15 澳門元的長期部分無能力損失賠償金和 300,000 澳門元的非財產損害賠償，因此，民事請求人已獲得適當的賠償及沒有資格再獲得額外賠償，故原審法院不應判處上訴人承擔民事請求人因是次交通意外而進行之持續復康治療的開支(日後作確定及結算)，違反了《民法典》第 560 條的規定。

《民法典》第 558 條規定：

“一、損害賠償義務之範圍不僅包括侵害所造成之損失，亦包括受害人因受侵害而喪失之利益。

二、在定出損害賠償時，只要可預見將來之損害，法院亦得考慮之；如將來之損害不可確定，則須留待以後方就有關損害賠償作出決定。”

《民法典》第 560 條規定：

“一、如不能恢復原狀，則損害賠償應以金錢定出。

二、如恢復原狀雖為可能，但不足以全部彌補損害，則對恢復原狀所未彌補之損害部分，以金錢定出其損害賠償。

三、如恢復原狀使債務人負擔過重，則損害賠償亦以金錢定出。

四、然而，如導致損害之事件仍未終止，受害人有權請求終止，

而不適用上款所指之限制，但所顯示之受害人利益屬微不足道者除外。

五、定出金錢之損害賠償時，須衡量受害人於法院所能考慮之最近日期之財產狀況與如未受損害而在同一日即應有之財產狀況之差額；但不影響其他條文規定之適用。

六、如不能查明損害之準確價值，則法院須在其認為證實之損害範圍內按衡平原則作出判定。”

根據原審判決已證事實：

“由於原告受傷至提出第一次擴張及追加請求仍不斷接受各種治療尤其是康復及皮膚治療，即使在提出民事損害賠償請求後，民事當事人尚未完全康復，仍需繼續接受治療。

因著上述交通意外所導致的傷患症狀，原告自 2019 年 03 月 12 日至提出第一次擴張及追加請求(2019 年 06 月 14 日)仍未能上班。

.....

原告受傷至第二次縮減、擴張及追加請求仍不斷接受各種治療尤其是康復及皮膚治療，即使在提出民事損害賠償請求後，原告尚未完全康復，仍需繼續接受治療。

因著上述交通意外所導致的傷患症狀，原告自 2019 年 06 月 15 日至 2019 年 09 月 26 日亦未能上班(參閱附件一至附件九)。

.....

原告留有頭痛、失眠、記憶力下降等後遺症，因著上述交通意外造成的後遺症而需要接受治療的財產損失，則須留待執行判決時方作結算。

第三次追加請求(見卷宗第 461 頁至第 488 頁)：

原告受傷至提出第三次民事損害賠償請求之更正、擴張及追加仍

不斷接受治療尤其是頭疼頭暈方面，即使在提出民事損害賠償請求後，原告仍需繼續接受治療。”

原審法院裁定：

“由於原告還需要進行持續之復康治療，基於仍然有不可確定的損害賠償，相關開支與是次交通意外受傷有關，但其實際金額現時未能確定，在日後才可確定及結算。考慮到相關費用與是次交通意外存在因果關係，故該損害予以認定。因此，該些支出金額將會在執行本案判決才作出結算。

由於原告日後有關因治療及不能上班，相關情況已屬在傷殘率的賠償中予以考慮，故不作重覆考慮。”

從上述事實中可以看到，民事請求人因頭疼、失眠及記憶力下降等後遺症仍需要不定期地繼續接受復康治療，亦必然涉及一個醫療費用，即一個可預見將來之財產損害，僅只是不可確定被上訴人需要為此接受多長時間的治療或者多少次數的治療，但有關損害準確價值是完全可以查明的。

而長期部分無能力損失賠償金是指索償人會因其永久局部傷殘率而在日後永久局部喪失其以工作賺錢的能力之獨立賠償；非財產損害賠償是指精神層面上的賠償，即如肉體上的疼痛、精神上的不快、情緒上的悲痛等。

因此，民事請求人因是次交通意外而進行之復康治療的開支(日後作確定及結算)、長期部分無能力損失賠償金和非財產損害賠償的範圍完全沒有重疊，並不是上訴人指稱的額外賠償。

換言之，民事請求人因頭疼、失眠及記憶力下降等後遺症仍需要不定期地繼續接受複康治療不屬於《民法典》第 560 條第 6 款所指的情況，而原審法院並沒有違反《民法典》第 560 條第 6 款之規定及正正是根據《民法典》第 558 條第 2 款之規定而作出的判決。

故此，上訴人提出的上述上訴理由亦不成立。

四、決定

綜上所述，合議庭裁定上訴人提出的中間上訴及終局上訴理由均不成立。

維持原審批示及裁決。

判處 A 有限公司繳付 9 個計算單位之司法費，以及上訴的訴訟費用。

著令通知。

2023 年 6 月 21 日

譚曉華

(裁判書製作人)

蔡武彬

(第二助審法官)

(附聲明)

周艷平
(第一助審法官)

第 1034/2021 案投票聲明

關於醫學上痊癒之後對後遺症的後續治療所引發的費用，本人認為，後遺症作為已認定的傷害結果，可在判決中根據後遺症的性質和嚴重程度裁定一適宜的賠償金額，無需將之量化為每一筆醫療費用，並為此在執行程序中結算。理由如下：

1. 當侵害或疾病完全消失時，或當顯示出儘管再予以適當治療亦不能再有進展時，視為醫學上治愈。（參見第 40/95/M 號法令《工作意外及職業病法律制度》第 12 條規定）

2. 關於醫學上痊癒之後的後續治療所引發的費用是否可以予以賠償，其前提條件是：一是，治療具備必要性和合理性；二是具備因果關係。

如果有依據預見到經過治療，受害人的殘疾程度有所減輕，那麼這種後續治療就是必要且合理的，即使不能降低之前已確定的評定結果。

後續治療應為侵權行為所產生之損害結果而引發，即：後續治療所針對並欲改善的損害結果必須是具體的，不能是泛泛的需要接受治療，或有需要時接受治療。常見的情況是：侵害導致了新的疾病（例如，創傷性癲癇而須長期接受治療）；在將來發生的為回復受傷之前狀況的醫療介入手段（如：取出骨折處的內固定）。

3. 目前，在訴訟程序中，“長期部分無能力”減值的評定是依照第 40/95/M 號法令附件因工作意外及職業病引致之無能力之表所定之規則，當中的一些情況，後遺症是評定“長期部分無能力”程度的因素之一。

4. 本案，卷宗資料顯示，上訴人已經處於醫學上治愈，將來的治療不能再有進展，只能在其頭痛、失眠或記憶力下降的症狀發作時，緩解其症狀。上訴人被評定為腦震蕩後遺症，“長期部分無能力”程度為 5%，因此，上訴人並不符合上述第 2 點之情況。

5. 上訴人遭受的頭痛、失眠及記憶力下降的損害，作為已認定的傷害

結果，是應該獲得賠償的，並且所訂定的賠償金額須讓賠償的“安慰價值”得到相應的體現。

在尊重不同見解下，本人認為，本案所涉及的損害應作為“長期部分無能力”中的因素或精神損害賠償的因素作出考慮，訂定一適宜的彌補金額，而不適宜將之獨立並量化為每一筆醫療費用，並為此在執行程序中結算。

周艷平

（第一助審法官）